

**CONTRATO CEDAE Nº 001/2018 (DE)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –**  
**CEDAE - e a TELEMAR NORTE LESTE**  
**S.A. "Em recuperação Judicial".**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, nesta Cidade, neste ato por meio de seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **TELEMAR NORTE LESTE S.A. "Em recuperação Judicial"**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20230-070, neste ato por meio de seus Procuradores, o Diretor Negócio B2B Regional, Sr. RICARDO FREIRE SOTERO DE MENEZES, Matrícula 042224, brasileiro, divorciado, portador da Identidade nº 60.344.037/X SSP-SP e CPF/MF nº 819.903.247-20, e a Gerente de Vendas, Sra. PATRICIA BILLE DROLHE DA COSTA, Matrícula 57672-8, brasileira, casada, portadora da Identidade CNH nº 95295030 (DETRAN/RJ) e CPF/MF nº 010.776.757-04, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante **Dispensa de Licitação – DL nº 001/2018 (DE)**, com fundamento no inciso IV do art. 24, da Lei 8.666/93, em conformidade com a autorização contida no **Processo Administrativo nº E-07/100.728/2017**, submetendo-se as partes às disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a prestação de **"SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE – INFOVIA EMERGENCIAL -, ATRAVÉS DE CIRCUITOS DE DADOS PONTO A PONTO E ACESSO À INTERNET"**, conforme aprovação obtida em Resolução de Diretoria datada do dia 25 de Janeiro de 2018, autuada à fl. 393 do Processo administrativo nº. E-07/100.728/2017.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os serviços serão executados conforme detalhamento contido nos documentos **anexos** a este instrumento.



*[Handwritten signatures and initials]*

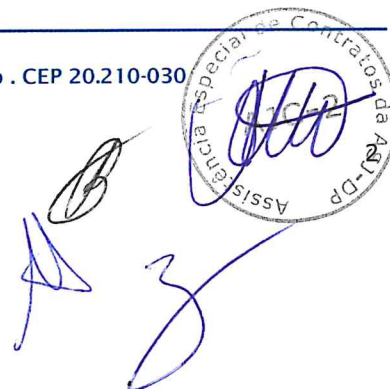
## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### I – São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Garantir o cumprimento do cronograma de execução acordado, exigindo da **CEDAE** as informações consideradas indispensáveis à realização do seu trabalho;
- b) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à **CEDAE** ou a terceiros, quando decorrentes da execução dos serviços contratados;
- c) Assumir, em caso de acidente de trabalho, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, ainda que o acidente venha a ocorrer nas dependências da **CEDAE**;
- d) Atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**;
- e) Desempenhar suas funções em suas próprias instalações físicas, ou, quando necessário for e a complexidade do trabalho demandar, nas dependências físicas da **CEDAE**;
- f) Apresentar toda a documentação prevista no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira juntamente com a nota fiscal/fatura dos serviços;
- g) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91; e
- h) Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5% .

### II – São obrigações da **CEDAE**:

- a) Proporcionar todas as facilidades de acesso às informações disponíveis para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das exigências estabelecidas neste Contrato;
- b) Indicar uma Comissão composta por 3 (três) membros para a Fiscalização dos trabalhos que serão desenvolvidos pela **CONTRATADA**; a qual incumbirá efetuar o acompanhamento do(s) serviço(s), atestando a(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) apresentada(s); e
- c) Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** observando as condições estabelecidas neste instrumento.



### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da ordem de início que vier a ser produzida pela **CEDAE**, podendo ser emitida após a publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório da **CEDAE** ou o Registro de Preços do Proderj, já instaurados para o mesmo objeto, fazendo-o sem qualquer indenização à **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor **estimado** dos serviços contratados é de **R\$ 1.692.888,42 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos)**, que serão pagos de acordo com os seguintes preços unitários:

Tipo de Circuito	Qtde s.	Preço Unitário (incluind o 2% de ICMS)	Valor mensal	Valor total estimado para 180 dias
Tecnologia Ponto a Ponto *(TC DATA TURBO E TC METRO) 256 Kbps	73	R\$ 1.439,00	R\$ 105.047,08	R\$ 630.282,48
Tecnologia Ponto a Ponto *(TC DATA TURBO E TC METRO) 512 Kbps	17	R\$ 1.813,13	R\$ 30.823,22	R\$ 184.939,32
Tecnologia Ponto a Ponto *(TC DATA TURBO E TC METRO) 1M	23	R\$ 2.618,98	R\$ 60.236,53	R\$ 361.419,18
Tecnologia Ponto a Ponto *(TC DATA TURBO E TC METRO) 2M	13	R\$ 3.208,97	R\$ 41.716,59	R\$ 250.299,54
Tecnologia MPLS (VPN VIP) 2M	1	R\$ 3.208,97	R\$ 3.208,97	R\$ 19.253,82
Acesso à Internet (IP CONNECT) 300 M	1	R\$ 41.115,68	R\$ 41.115,68	R\$ 246.694,08



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



*[Handwritten signatures and initials]*

QUANTIDADES TOTAIS	128	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.692.888,44
--------------------	-----	---	---------------------

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Encontram-se computados no valor desta contratação todos os custos e tributos decorrentes do desenvolvimento dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos mensalmente, no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Considera-se adimplida a obrigação da **CONTRATADA** pelo cumprimento da etapa/parcela dos serviços acompanhada da fatura/nota fiscal e dos comprovantes mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A fatura/nota fiscal que vier a ser emitida pela **CONTRATADA** deverá apresentar o detalhamento dos serviços executados no mês anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** – De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação enviada e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – O registro, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação apresentada impedirá a concessão do atesto e suspenderá o prazo para pagamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A irregularidade da documentação necessária ao atesto ensejará, ainda, a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** comunicando a abertura do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa e demonstração do cumprimento das obrigações previstas no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira, sob pena de aplicação da penalidade de advertência. Permanecendo inalterada a situação total ou parcialmente, o contrato será rescindido com as consequências previstas no item "iii" do parágrafo oitavo da cláusula nona.



**PARÁGRAFO OITAVO** – A **CEDAE** fará o pagamento através de depósito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** no banco Bradesco, a ser por ela indicada.

**PARÁGRAFO NONO** – Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor administrativamente a exceção do contrato não cumprido como fundamento para a interrupção unilateral do serviço, salvo na hipótese prevista no art. 78, inciso XV da Lei 8.666/93, e desde que previamente autorizado por decisão judicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Trabalho 2200028021 Conta Orçamentária 411110308, Fonte de Recursos 10, conta contábil n. 411110308, Centro de Custos n. DE05050000, ID da Reserva Orçamentária nº 2018000443 do presente exercício financeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os serviços serão executados observando os limites mensais aprovados no cronograma financeiro, inserido às fls. 397/398 do Processo Administrativo E-07/100.728/2017.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

O valor contratado será fixo e irrevogável durante o período.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**



O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

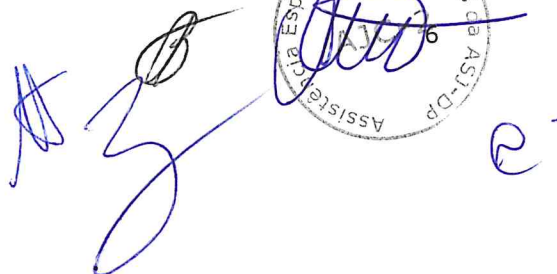
- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.



**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido;
- iii) Será aplicada à **CONTRATADA** pelo prazo de 1 (um) ano no caso de rescisão contratual decorrente do disposto na cláusula quarta, parágrafo sétimo.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os



motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".



**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela **CEDAE**, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula nona, caberá a **CEDAE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

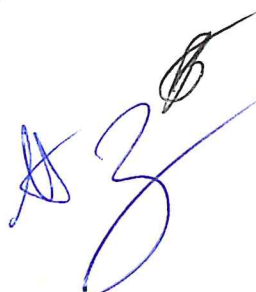
**PARÁGRAFO SEXTO** – Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

Fica estabelecido que a **CONTRATADA** será considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como a única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais envolvidos na execução dos serviços objeto do presente Contrato, permanecendo a **CEDAE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal encaminhada no período, os seguintes comprovantes: (i) declaração de cumprimento da Lei Estadual n. 7.258/2016, relativa à aplicação do regime de cotas de que trata a alínea "h", do item "I" da cláusula segunda. Caso existam empregados da **CONTRATADA** vinculados exclusivamente à execução deste contrato deverão ser apresentados ainda: (ii) a prova de pagamento do FGTS e do INSS destes empregados; (iii) bem como uma "**declaração**" da **CONTRATADA** de que se encontra em dia com o pagamento destes salários.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento e,



consequentemente, a concessão do **atesto** pela Comissão de Fiscalização, gerando a suspensão do prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a regularização da falta apontada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de aplicação das sanções administrativas prevista neste contrato, todas os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados os seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – PACTA SUNT SERVANDA**

O presente instrumento contratual substituirá todos os documentos que tiverem sido produzidos na fase de negociação, fazendo lei entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE**

A **CONTRATADA** se obriga a manter todos os documentos e informações provenientes da prestação dos serviços contratados resguardados pela confidencialidade inerente à profissão que somente serão revelados, total ou parcialmente, com a expressa autorização da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica a **CONTRATADA**, no entanto, expressamente autorizada a utilizar o nome da **CEDAE** como referência em seus materiais informativos, sendo vedada a vinculação de qualquer divulgação que viole a confidencialidade de que trata o caput da presente cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS**

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – será emitido TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. A comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo terceiro da cláusula quarta, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.



**PARÁGRAFO OITAVO** – De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO NONO** – A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Caso a presente contratação não ultrapasse o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou se refira a serviços técnicos profissionais (assim considerados os listados no art. 13 da Lei 8.666/93), o procedimento de aceitação provisória previsto nos parágrafos desta cláusula poderá ser dispensado e substituído pela emissão de simples “recibo”, conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A aceitação definitiva do objeto pactuado, nos termos da alínea “b”, inciso I, art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93, far-se-á por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).



**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA GARANTIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** prestará garantia contratual optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações,



salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO NONO** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena da multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



## CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

## CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O ato ratificador desta contratação (inserido às fls. 394 do processo de referência) será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em atenção ao art. 26 da Lei 8.666/93, ficando dispensada, nos termos da ressalva prevista na parte final do parágrafo único do art. 61 da mesma lei, a publicação do extrato deste contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Após sua assinatura, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 dias, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

## CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO FORO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



16

As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor-Presidente

  
**MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU**  
Diretor de Projetos Estratégicos e  
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:

  
**RICARDO FREIRE SOTERO DE  
MENEZES**  
Diretor Negócio B2B Regional

  
**PATRICIA BILLE DROLHE DA COSTA**  
Gerente de Vendas

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

contr-INFOVIA-Transmissao-dados-DL-001/2018

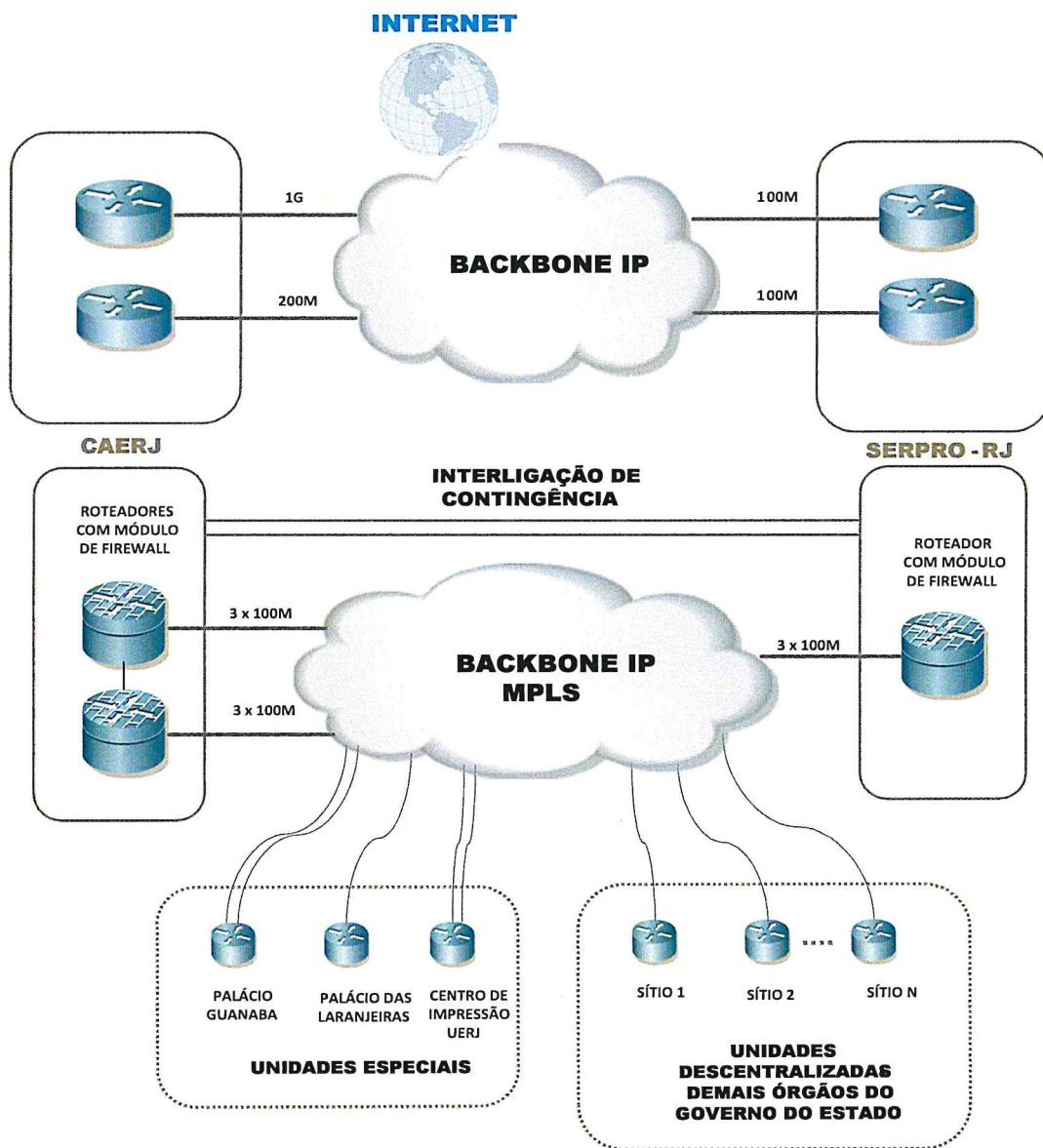


Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
w w . c e d a e . c o m . b r



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA



## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

A presente Dispensa de Licitação tem como objeto a Contratação Emergencial de Serviços de Transmissão de Dados em Alta Velocidade – INFOVIA Emergencial -, através de circuitos de dados ponto a ponto e acesso à internet, junto à Operadora Telemar Norte Leste S/A.

As características técnicas a serem contempladas estão descritas neste Termo de Referência (Anexo I), baseado este completamente no Edital do PRODERJ, que deu origem ao contrato CEDAE nº 086/2010 (DE).

O escopo contratado, assim como preços e tarifas do mesmo, baseiam-se na manutenção das características do atual Contrato nº 066/2017 (DE), que trata da INFOVIA II, em operação a mais de cinco anos na CEDAE, exceto pela ausência de serviços de mobilidade.

### **1.1. O objeto contrato engloba MANTER a prestação de serviços de Transmissão de Dados, da seguinte forma:**

**1.1.1.** Rede WAN, utilizando a tecnologia TC DATA, que deverá ser conectada a canalizados principais da Rede CEDAE localizada no município do Rio de Janeiro.

**1.1.2.** Acesso principal dedicado à Internet para o Backbone da Rede CEDAE.

**1.2.** Os serviços serão prestados conforme especificado neste Termo de Referência e seu Anexo II.

**1.3.** Este Termo de Referência e o Anexo II formam o projeto detalhado para contratação dos serviços de Transmissão de Dados e Acesso Principal dedicado à Internet, mantendo alta disponibilidade para à atualização tecnológica da Rede CEDAE do Estado do Rio de Janeiro.

**1.4.** O Core da Rede CEDAE contempla o Datacenter Principal - Site Principal, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, no município do Rio de Janeiro – RJ.

## **2. VELOCIDADES E LOCALIDADES DE INSTAÇÃO DOS CIRCUITOS TC DATA E DE INTERNET:**

Conforme descrito no ANEXO II



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
w w w . c e d a e . c o m . b r



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

### **3. OBJETIVO:**

- 3.1.** MANTER a rede de comunicação de dados de alta velocidade da CEDAE, com capacidade de prover dados, voz, vídeo e imagens para atender às necessidades do exercício da sua missão institucional, proporcionando elevado padrão de qualidade e atendendo às necessidades de comunicação e de acesso a novas tecnologias que possam suprir as demandas de sua infraestrutura tecnológica.
- 3.2.** MANTER a qualidade dos serviços de comunicação de dados, a CEDAE necessita contratar emergencialmente serviços de Rede de Dados TC DATA para a interligação das unidades descentralizadas, visando acesso a seus sistemas corporativos, assim como também contratar serviços de acesso dedicado à Internet, em alta disponibilidade, principal e contingencial. O objetivo da contratação é manter a disponibilização de uma rede que seja adequada para o tráfego dos dados das aplicações, e para o tráfego de voz e imagem, caso necessário. A rede deverá continuar sendo flexível e escalável, permitindo a acomodação instantânea do tráfego das unidades durante o período de vigência do contrato.
- 3.3.** MANTER a Manutenção da Rede TC DATA e Acesso Principal Internet para o Backbone da Rede CEDAE, sendo esta necessária para garantir a disponibilidade, confiabilidade e garantia dos serviços prestados pela CEDAE à população dos mais de 60 municípios atendidos pela mesma, no Estado do RJ.
- 3.4.** A prestação de serviços de rede de dados de longa distância WAN - utilizando a tecnologia TC DATA, para a Rede CEDAE, em cerca de 120 endereços, localizados em mais de 60 municípios do Estado do RJ, visa manter disponibilidade de recursos de conectividade dimensionados para suprir as demandas de tráfego de dados, assim como de voz e imagem, caso necessário, da rede corporativa de comunicação de dados da CEDAE.
- 3.5.** Manter o Backbone da Rede CEDAE tendo como ponto central de Internet, sua SEDE, sito à Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ.
- 3.6.** Manter o aproveitamento de recursos e serviços de TIC, com a possibilidade de adequação da capacidade dos enlaces de acordo com a demanda.
- 3.7.** Manter maior segurança no acesso à Rede da CEDAE.
- 3.8.** Manter fornecimento centralizado de conectividade à Internet para as unidades que compõem a Rede CEDAE, permitindo uma melhor gestão do serviço.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- 3.9.** Manter tráfego de dados estável e seguro entre os diversos Setores da CEDAE e o CPD da mesma, possibilitando comunicação segura e rápida para acesso a sistemas corporativos e internet.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:**

A manutenção da contratação de Circuitos para Transmissão de Dados em Alta Velocidade, para funcionamento na forma de uma Rede de Comunicação de Dados Integrada, se faz fundamentalmente devido aos diversos endereços da CEDAE envolvidos, fazerem todos parte de uma mesma Corporação Empresarial, onde precisam interagir Setores de Projetos, Operação, Manutenção, Comerciais e de Call Center, sendo uma das características mais relevantes, a da necessidade por transmissões do tipo ponta à ponta, devido aos Sistemas Corporativos da CEDAE possuírem ainda muito poucas facilidades com acesso via Internet.

Esta característica faz com que tenhamos de manter Circuitos de Dados interligando nosso CPD aos diversos endereços da CEDAE em grande parte do Estado do Rio de Janeiro, com acessos, qualidade de serviço e perfis de tráfego mais adequados.

O ideal é que esta contratação pudesse ser realizada pelo caminho, mais uma vez, de adesão a uma Ata de Registro de Preços que fosse realizada pelo PRODERJ, devido a este possuir uma escala de contratação muito superior à escala de contratação da CEDAE, possibilitando assim, provavelmente, a obtenção de melhores preços junto ao Mercado.

O problema é que o PRODERJ, apesar de pronunciar que realizará a desejada Licitação, envolvendo as demandas de diversos Órgãos Estaduais, incluindo a CEDAE, não conseguiu ainda definir uma previsão de data para o certame.

Baseado na indefinição de prazos pelo PRODERJ, iniciamos processo interno para contratação, por licitação própria, de serviços de transmissão de dados através de circuitos sobre meios físicos, estando este tramitando na CEDAE, também sem data definida para conclusão;

Esclarece-se que o serviço de acesso a sistemas corporativos e à internet é um serviço fundamental à CEDAE para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção certamente comprometeria gravemente a continuidade de suas atividades.

Sendo assim, foi tomada a decisão conjunta entre as equipes da Assessoria de TI, do Departamento de Suporte a Sistemas e Infraestrutura e do Departamento de Telecomunicação, por propor esta contratação emergencial por 180 dias, de modo a evitar a descontinuidade de um serviço essencial à CEDAE, sem qualquer cobertura contratual;

## **5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS:**

- 5.1. Nessa documentação, o Termo de Referência trata da especificação dos requisitos técnicos de cada um dos serviços.
- 5.2. As especificações técnicas englobam definições do projeto detalhado da rede, premissas de topologia de rede, tecnologias de acesso aplicáveis, capacidades de enlaces de comunicação, aspectos de interconexão e de roteamento, requisitos de qualidade de serviço.
- 5.3. Os locais de prestação dos serviços informados no ANEXO II são parte integrante deste Termo de Referência.
- 5.4. A CONTRATADA deverá cumprir TODOS os requisitos dos serviços descritos no item de especificação técnica estabelecidos, respeitando os prazos máximos estabelecidos, os quais poderão ser antecipados sempre que as circunstâncias assim o permitam.
- 5.5. Existe a possibilidade eventual de adição de novos sítios, de acordo com o interesse da CEDAE, sempre na área do Estado do Rio de Janeiro, e nesses casos a CONTRATADA deverá providenciar os meios de acesso e as instalações necessárias para conexão ao Backbone da Rede CEDAE.
- 5.6. De forma a permitir a análise da viabilidade e correto dimensionamento dos custos e despesas provenientes da solicitação, a CONTRATADA deverá providenciar, caso necessário, a elaboração do Projeto Executivo contendo o plano de implantação desses serviços.
- 5.7. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá responder, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à execução dos serviços, que venham porventura ser solicitados pela CEDAE.
- 5.8. Os equipamentos roteadores fornecidos pela CONTRATADA para Rede WAN IP MPLS como também os serviços de Acesso à Internet, deverão suportar o serviço Internet Protocol Service Level Agreement – IP SLA, de forma que a CEDAE possa a qualquer



Handwritten signatures and initials in blue ink.

tempo, avaliar mais apuradamente a saúde da rede de dados, solicitando inclusive a CONTRATADA à habilitação desta característica nos equipamentos roteadores fornecidos.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 6.1. A CONTRATADA será responsabilizada pela entrega dos bens ou prestação dos serviços dos itens da contratação conforme prazos, especificações, garantias e ritos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.2. De forma a permitir a análise da viabilidade e correto dimensionamento dos custos e despesas provenientes de novas solicitações, a CONTRATADA deverá providenciar a elaboração de estudo de implantação desses serviços.
- 6.3. Fornecer os serviços de implantação dos enlaces e executar os procedimentos de implantação, instalação, manutenção, comissionamento, integração, testes de funcionamento e operação de todos os produtos, equipamentos e softwares fornecidos, responsabilizando-se por todas as conexões, materiais, acessórios e mão-de-obra, de forma a atender integralmente às necessidades do CEDAE, conforme especificado no Termo de Referência.
- 6.4. Cumprir todos os requisitos do Termo de Referência, referentes às condições gerais e aos prazos para prestação dos serviços, responsabilizando-se pelas eventuais despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional ao CEDAE.
- 6.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.
- 6.6. Respeitar a Política de Segurança do CEDAE e fornecer todas as informações solicitadas por ele.
- 6.7. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- 6.8. Credenciar junto ao CEDAE um representante, denominado preposto, para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato.



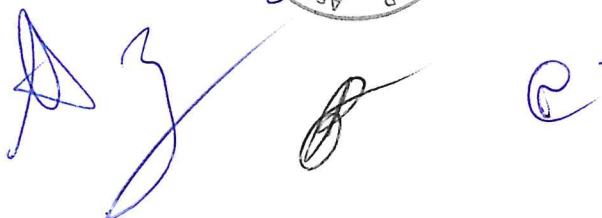
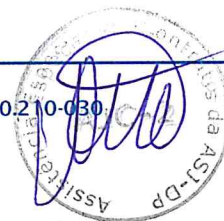
*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten mark]*

- 6.9. Destaca-se que o CEDAE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 6.10. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com a CEDAE.
- 6.11. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente à CEDAE e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 6.12. A CONTRATADA deverá observar às cláusulas contratuais e o rigoroso cumprimento das suas atribuições e responsabilidades.
- 6.13. A CEDAE terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação, que devem ser gerados e entregues de acordo com os padrões e formatos definidos por ela.
- 6.14. A CONTRATADA deverá respeitar os critérios de sigilo aplicáveis aos dados, informações e regras de negócios envolvidos com o serviço contratado.
- 6.15. A CONTRATADA levará a conhecimento de todos os profissionais que venham a prestar serviço nas dependências da CEDAE, a Política de Segurança da Informação da CEDAE e demais normas disponibilizadas, bem como zelar pela observância de tais normas.
- 6.16. Os recursos de TIC não poderão ser utilizados pela CONTRATADA para realização de atividades alheias aos serviços previstos ou englobados nesta contratação.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CEDAE:**

- 7.1. A CEDAE responderá pela gestão contratual e a fiscalização da entrega dos itens da contratação, cabendo-lhe:
- 7.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos técnicos, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências da CEDAE.



- 7.3. Promover os pagamentos dentro dos prazos estipulados.
- 7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.
- 7.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 7.6. Cumprir as obrigações constantes no Contrato e neste Termo de Referência.

## **8. DEFINIÇÃO BÁSICA DOS INDICADORES DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS.**

Neste item são apresentadas as definições básicas e fórmula de cálculo dos indicadores de Níveis Serviços referentes ao fornecimento do Serviço de REDE TC DATA e de ACESSO À INTERNET, que de acordo com a aplicabilidade, especificidades e os limiares a serem cumpridos pela CONTRATADA e definidos em seu respectivo Termo de Referência, caracterizam os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) exigidos.

### **8.1. Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace**

Percentual de tempo, durante o mês de operação em que um enlace, incluído o CPE, venha a permanecer em condições normais de funcionamento.

$$IDM = [(To - Ti)/To]*100$$

Onde:

IDM: Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace.

To: período de operação em um mês.

Ti: somatório dos tempos de inoperância durante o período de operação em um mês em minutos.

A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito dos enlaces contemplando um histórico de 6 (seis) meses.

Os tempos de inoperância serão os tempos em que os enlaces apresentarem problemas e serão obtidos dos registros de eventos no sistema de gerenciamento

da CONTRATADA, confrontados com as informações do sistema de monitoramento da CEDAE.

Somente serão desconsiderados para efeito de desconto os tempos de inoperância causados por manutenções programadas com a prévia anuência da CEDAE bem como casos fortuitos de força maior devidamente comprovado.

### 8.2. Taxa de Erro de Bit - TxErr

Relação entre a quantidade de bits corretamente transmitidos para cada bit transmitido com erro em um determinado enlace pertencente à rede de acesso. A Taxa de Erro de Bit deverá ser medida por solicitação da CEDAE.

$$\text{TxErr} = \text{BErr} / \text{BTot}$$

Onde:

TxErr: Taxa de Erro de Bit

BErr: número de bits com erro no período da medição.

BTot: número total de bits no período de medição.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitado pela CEDAE, um relatório com os valores medidos da taxa de erro de determinado enlace, quando os enlaces apresentarem problemas físicos de transmissão na rede de acesso ou quando necessária auditoria específica em relação a este nível de serviço em determinado enlace.

### 8.3. Taxa de Perda de Pacotes - TPP

Representa a quantidade de pacotes perdidos fim a fim. É a medida em percentual tomado como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino, dentro do volume total de pacotes transmitidos.

É medida em percentual tomado como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino (medido na interface WAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface WAN do CPE do terminal de origem).

$$\text{TPP} = (\text{NPP} / \text{NPT}) * 100\%$$



*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten mark]*

Onde:

TPP: Taxa de Perda de Pacotes.

NPP: número de pacotes perdidos.

NPT: número total de pacotes transmitidos.

A CEDAE poderá solicitar medições específicas em determinados horários específicos, conforme acordado com a CEDAE.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitado pela CEDAE, relatórios com os valores das medições solicitadas, referentes ao percentual de perda de pacotes.

Um enlace será considerado indisponível sempre que a perda de pacotes for superior a 5%, e o enlace não esteja operando acima de sua capacidade durante um período superior a 10 minutos.

A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito da perda de pacotes, mesmo que de forma independente do modelo descrito acima.

#### 8.4. Tempo de Retardo - RTT

Tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote até a recepção do último bit do mesmo pacote, em apenas um dos sentidos da transmissão.

A apuração do retardo na Rede Governo será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 32 (trinta e dois) octetos de dados, entre terminais de origem e destino localizados em sítios da rede dentro do mesmo backbone e retornando à origem onde será realizada a medição do tempo de resposta destes pacotes. Como o tempo de resposta corresponde ao tempo de ida e volta do pacote, o tempo de retardo será considerado como o tempo de resposta dividido por dois.

O tempo de resposta limite a ser aguardado para cada pacote deverá ser de 5 segundos. Valores superiores a este tempo serão considerados "timeout".

Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 4 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média

aritmética dos quatro valores dos tempos de resposta referentes à série de pacotes ICMP enviados, dividida por dois, pois será considerado o retardo apenas em um dos sentidos da comunicação.

RTT = média do retardo de 4 pacotes ICMP.

Um enlace será considerado indisponível sempre que o tempo de retardo da rede for superior a 1000ms para enlaces terrestres e 2000ms para enlaces satélites durante um período de tempo superior a 10 minutos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar à CEDAE, quando demandada, um relatório com os diversos valores apurados. Os relatórios deverão fornecer os valores medidos nos intervalos de tempo solicitados e as médias de retardo para cada par de sítios escolhido, que espelhem todas as condições/medidas/resultados da fórmula do cálculo.

A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito da latência dos circuitos de forma, mesmo que de forma independente do modelo descrito acima.

### **8.5. Prazo de Reparo – PR**

Prazo limite para reparo e o restabelecimento de um enlace com 100% de operabilidade, na ocorrência de inoperância ou falha.

Apuração do tempo de restabelecimento de um enlace, a partir de consulta na solução de gerenciamento da CONTRATADA, devidamente confrontada com o sistema de monitoramento da CEDAE e subsequente comparação com o valor descrito no limiar de Qualidade deste indicador.

A CEDAE, quando devidamente comprovada sua responsabilidade no fato gerador de eventual atraso no restabelecimento do enlace, deverá autorizar a CONTRATADA a atualizar tal fato em seus registros, excluindo-se então o período informado do cálculo de indisponibilidade do enlace.

A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CEDAE relatório com os valores apurados, por enlace, inclusive contabilizando os valores a serem descontados dos enlaces pela perda deste indicador.

$PR = Tr - Ti$



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



Onde:

PR: prazo de reparo

Tr: instante de restabelecimento de um enlace

Ti: instante de indisponibilidade de um enlace

A CONTRATADA deverá confirmar junto a CEDAE o retorno operacional de um enlace para o fechamento do reparo.

### 8.6. Prazo para Alteração de Configuração - PAC

Prazo, em horas, para a CONTRATADA alterar a configuração do serviço solicitado Pela CEDAE. A alteração de configuração solicitada deverá ser possível de ser realizada remotamente, sem que seja necessário qualquer estudo prévio ou elaboração de projeto lógico específico para a sua execução.

Dependo do volume de solicitações a solicitação será tratada como projeto, independente do tipo de solicitação.

$PAC = Tsa - Taa$

Onde:

PAC: prazo de alteração da configuração do serviço.

Tsa: instante de solicitação da alteração.

Taa: instante de atendimento da solicitação da alteração.

A CEDAE deverá validar o atendimento da solicitação de alteração de configuração executada.

Face ao exposto anteriormente são definidos três níveis de atendimento as solicitações:

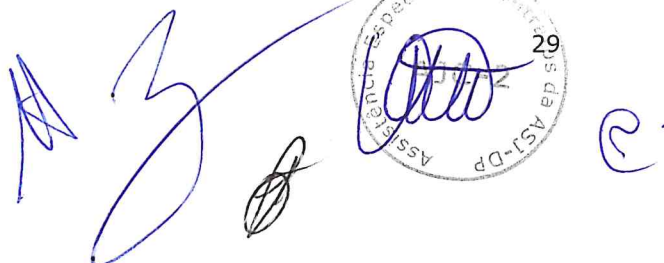
- Alteração de Configuração de Baixa Complexidade.
- Alteração de Configuração de Média Complexidade.
- Alteração de Configuração de Alta Complexidade.

A CONTRATADA deverá disponibilizar para o PRODERJ, mensalmente relatórios contemplando a solicitações de alteração de configuração informando os prazos de atendimento.

### 8.7. Prazo para Alteração da Taxa de Transmissão de um Enlace - PAT



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br



Prazo máximo para alteração de taxa de transmissão de um enlace já instalado em um determinado endereço.

$PAT = Tsat - Taat$

Onde:

PAT: prazo de Alteração de Taxa de Transmissão de um Enlace

Tsat: instante de solicitação da alteração de taxa de transmissão.

Taat: instante de atendimento da solicitação da taxa de transmissão.

Mensalmente, para cada sítio, deverão ser fornecidos os tempos para alteração da taxa de transmissão pela CONTRATADA a partir da base de dados da CONTRATADA e comparados com os registros da CEDAE.

Independente de já existir um enlace instalado no endereço, a CONTRATADA deverá apresentar um estudo de viabilidade técnica em até 10 dias uteis ou 15 dias corridos da solicitação de atendimento.

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório mensal com os prazos auferidos.

### **8.8. Prazo de Atendimento a Novos Endereços - PAN.**

Prazo máximo de atendimento de solicitações de implantação de circuitos em novos endereços.

O prazo de atendimento também deverá incluir a atualização das informações dos enlaces na solução de gerência da CONTRATADA.

O prazo de implantação deverá também incluir o prazo de possível subcontratação da rede de Terceiros.

Independente do caso, a CONTRATADA deverá apresentar um estudo de viabilidade técnica em até 10 dias uteis ou 15 dias corridos da solicitação de atendimento.

$PAN = Tsan - Taan$

Onde:



PAN: prazo de Atendimento a Novos Endereços.

Tsan: instante de solicitação de atendimento

Taan: instante de atendimento da solicitação.

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório mensal com os prazos apurados.

## 9. DOS DESCONTOS NO VALOR DA FATURA

9.1. Nos casos de não atendimento dos indicadores de qualidade de serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência, que acarrete na indisponibilidade dos serviços, serão efetuados descontos proporcionais automáticos pelos serviços não prestados.

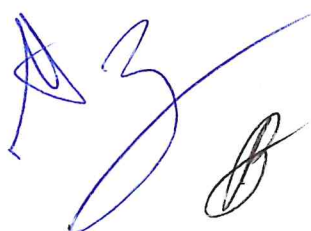
9.2. Serão aplicados descontos no valor total da fatura pelo descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) caso não sejam observados os prazos máximos para o retorno da disponibilidade regular dos serviços, sem prejuízo dos descontos sobre a fatura mensal, segundo os seguintes critérios.

9.2.1. Para o indicador "Índice de Disponibilidade Mensal do Enlace (IDM)", cada 0,1% (um décimo por cento) abaixo da métrica correspondente de cada tipo de enlace, será aplicado desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.

9.2.2. Para o indicador "Taxa de Erro de Bit (TrErr)", sempre que houver aferição e este se encontrar em descordo com o nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.

9.2.3. Para o indicador "Taxa de Perda de Pacotes (TPP)", sempre que houver aferição e este se encontrar em descordo com o nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.

9.2.4. Para o indicador "Retardo da Rede (Retardo)", sempre que houver aferição e este se encontrar em descordo com o nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.



31

- 9.2.5. Para o indicador "Prazo para Reparo / Restabelecimento de um Enlace (PR)", cada 1 (uma) hora acima da métrica estabelecida no nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 2,0% (um por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.
- 9.2.6. Para o indicador "Prazo para Alteração de Configuração de Roteadores (PAC)", para cada 1% do prazo estipulado em atraso, para o nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 2,0% (um por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.
- 9.2.7. Para o indicador "Prazo para Alteração de Taxa de Transmissão de um Enlace (PAT)", cada 1 (um) dia acima da métrica estabelecida no nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 2,0% (um por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.
- 9.2.8. Para o indicador "Prazo para Alteração a Novos Endereços (PAN)", cada 1 (um) dia acima da métrica estabelecida no nível de serviço contratado, será aplicado desconto correspondente a 2,0% (um por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado.
- 9.2.9. Os descontos mensais cumulativos em cada circuito serão limitadas ao valor mensal do circuito contratado.

## 10. SUPORTE ASSISTIDO DE GERÊNCIA DE REDE

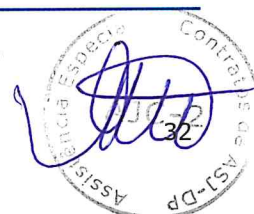
A CONTRATADA deverá prover suporte remoto ao Serviço de Gerência de Rede em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.

O suporte Assistido deverá ser prestado, única e exclusivamente nas instalações do Datacenter Principal da CEDAE, no período de 9:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, podendo se estender em caso de necessidade de serviço.

## 11. FATURAMENTO

11.1. A fatura da prestação mensal dos serviços de acesso à rede deverá ser única e discriminada por tipo de serviço e acessos contratados, instalados e operacionais (incluindo localidade, endereço, designação do circuito e velocidade de acesso).

11.2. A CONTRATADA deverá, a pedido da CEDAE, disponibilizar o Relatório do Nível de Serviço em meio digital e discriminado por órgão, localidade, tipo de serviço e



acessos contratado.

11.3.A CONTRATADA só emitirá a segunda via das faturas após solicitação formal pela CEDAE.

11.4.A CONTRATADA deverá disponibilizar as informações (tabelas e/ou demonstrativos) que identifiquem a metodologia empregada no cálculo dos custos de instalação e manutenção dos acessos e serviços.

11.5.Os descontos previstos no item 9 deste Anexo I serão creditados na fatura do mês subsequente do respectivo Contrato. Esses créditos deverão ser especificados por serviço e /ou ponto de acesso.

11.6.A CONTRATADA não poderá cobrar quaisquer valores para serviços de instalação e desinstalação.

## ANEXO II

LIBERAL	WELLER DE ACESSO	VELOCIDADE DE FREIQUENCIA (KHz)	ENDEREÇO (A)	NÚMERO	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF (A)
ENFE	193-0117	256	RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA	185	SEROPEDICA	RIO DE JANEIRO	RJ
SFA	193-0172	256	RUA JOAQUIM MOTA SOBRINHO	2	CENTRO	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	RJ
SJOP	193-0237	256	RUA ALMEIDA PEREIRA	105	SÃO JOÃO DO PARAISO	CAMBUCI	RJ
SSW	193-0333	256	RUA DR JULIO VIEITAS	29	CENTRO	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	RJ
DUS	193-0370	256	AVENIDA PRES GETULIO VARGAS	10	CENTRO	DIAS BARRAS	RJ
SJUB	193-0429	256	AVENIDA DAVI VIEIRA NEY	68	CENTRO	SÃO JOSE DE UBA	RJ
SFD	193-0471	256	AVENIDA PARANHOS	S/N	CENTRO	SÃO FIDELIS	RJ
TJN	193-0483	256	AVENIDA CASTELO BRANCO	S/N	CENTRO	TRAJANO DE MORAES	RJ
SIU	193-0508	256	RUA JOSE ALENCAR	950	CENTRO	SUMIDOURO	RJ
MACC	193-0602	256	RUA LUIZ CARLOS DE CARVALHO	0	CENTRO	MACUCO	RJ
APER	193-0638	256	RUA AUGUSTO GOMES SILVA	59	CENTRO	APERIBE	RJ
RCL	193-0645	256	RUA PREF ANTONIO GRUJO FILHO	576	CENTRO	RIO CLARO	RJ
PIB	193-0667	256	RUA BULHOES DE CARVALHO	144	CENTRO	PIRAI	RJ
CMC	193-0803	256	AV JOSE DE SOUZA FARIA	320	FLORESTA	CAMBUCI	RJ
SDA	193-0824	256	AVENIDA IRMAOS ESTRELAS	22	CENTRO	SANTA MARIA MADALENA	RJ
CDMO	193-0828	256	RUA DR SALO BRAND	0	CENTRO	CARDOSO MOREIRA	RJ
CTO	193-1009	256	RUA EUCLEDES DA CUNHA	44	CENTRO	CANTAGALO	RJ
SJB	193-1043	256	PRAÇA 15 DE NOVEMBRO	8	CENTRO	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ
LJM	193-1046	256	RUA PRES SODRE	10	CENTRO	LAJE DO MURIAE	RJ
ILA	193-1063	256	RUA ANA AGUIAR	57	SALDANHA GAMA	ITALVA	RJ
TANG	193-1147	256	RUA DOMINGOS MANHAES	20	CENTRO	TANGUA	RJ
SFD	193-1165	256	RUA CDOR DANIAS	2	CENTRO	SÃO FIDELIS	RJ
ELJR	193-1197	256	PRAÇA CEL MONERAT	232	CENTRO	BOM JARDIM	RJ
EPF	193-1303	256	AVENIDA NOSSA SENHORA DE FATIMA	24	CENTRO	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	RJ
NTE	193-1506	256	RUA NOSSA SENHORA DE NATIVIDADE	2	CENTRO	NATIVIDADE	RJ
MCM	193-1591	256	RUA PREFEITO JOSE CARVALHO	S/N	CENTRO	MIRACEMA	RJ
SPC	193-1602	256	RUA MAL FLORIANO PEIXOTO	17	CENTRO	SAPUCAIA	RJ
CRPB	193-1709	256	RUA SALIM SELEM BECHARA	213	CENTRO	CARAPÉBUS	RJ
MCM	193-1748	256	AVENIDA SAMEL	S/N	POLO INDUSTRIAL	MIRACEMA	RJ
CDI	193-1804	256	RUA BECHARA MUSSI	57	SUMARE	CORDEIRO	RJ
PCA	193-1965	256	RUA JOAO FRANCISCO BRAZ	55	CENTRO	PORCIUNCUCLA	RJ
IOC	193-2074	256	RUA MAL FLORIANO PEIXOTO	72	CENTRO	ITACARA	RJ
CHM	193-2126	256	RUA MAURICIO ABREU	73	GOIABAL	CACHOEIRAS DE MACACU	RJ
SJB	193-2213	256	RUA SENHOR DOS PASSOS	264	CENTRO	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ
PFS	193-2502	256	RUA DR PERALTA	785	CENTRO	PATY DO ALFERES	RJ
OUI	193-2623	256	RUA FRANCISCO DE SOUZA PAULA	110	CENTRO	QUISSAMA	RJ
MGB	193-4360	256	RUA MAJOR JOSE CAETANO	122	CENTRO	MANGARATIBA	RJ
FNHE	193-5349	256	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES	126	CENTRO	PINHEIRAL	RJ
BJO	193-5398	256	RUA FRANCISCO TEIXEIRA	2	CENTRO	BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ
ENFE	193-6036	256	RUA ALCEBIANES ALVES DE AGUIAR	65 LJ 2	CENTRO	ENG° PEDREIRA	RJ
PBS	193-6058	256	PRAÇA GARCIA ANT PC CARMELA DUTRA	20	CENTRO	PARAIBA DO SUL	RJ
RBT	193-7768	256	AVENIDA LACERDA	500	SERRA DO SAMBE	RIO BONITO	RJ
RBT	193-7926	256	RUA NILO FECANHA	130	CENTRO	RIO BONITO	RJ
MFE	194-0217	256	RUA ZEMI ESTEVES	25	CENTRO	MIGUEL PEREIRA	RJ
IRA	194-0579	256	AVENIDA CARDOSO MOREIRA	841	CENTRO	ITAPERUNA	RJ
PBI	194-0715	256	RUA BEZERRA DE MENEZES	1	CENTRO DE LAJES	PARACAMBI	RJ
VAS	194-1450	256	RUA OTAVIO GOMES	269	CENTRO	VASSOURAS	RJ
MGE	194-2935	256	AVENIDA SIMAO DA MOTTA	713	CENTRO	MAÇE	RJ
RIOB	194-4438	256	RUA UM		LOTEAMENTO SERRAMAR	RIO DAS OSTRAS	RJ
VLC	194-6444	256	RUA RAPHAEL JANUZZI	23 LJ 3 E 4	CENTRO	VALENÇA	RJ
MESQ	194-7480	256	ESTRADA FELICIANO SODRE	2177	CENTRO	MESQUITA	RJ
VITE	194-8022	256	RUA EUCLEDES DA CUNHA	470	VILA SÃO JOAO	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ
IRA	194-8543	256	RUA TENENTE OTAVIANO	4	CENTRO	ITAPERUNA	RJ
VITE	195-1065	256	ESTRADA SÃO JOAO DE MERITI	111	JARDIM JOSE BONIFACIO	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ
BPI	195-2890	256	RUA PAULO DE FRONTIN	148 LJ 1	CENTRO	BARRA DO PIRAI	RJ
ARS	195-3505	256	RUA PROFESSOR LIMA	140	CENTRO	ANGRA DOS REIS	RJ
RIOB	195-5630	256	RUA MAJOR SAMUEL BARREIRO	87	BARRA SÃO JOAO	CASEMIRO DE ABREU	RJ
MCE	195-5760	256	MRO SANTANA/RUA LEOPOLDINA NEVES PINHEIRO	S/N	AROEIRAS	MACAÉ	RJ
NIU	212-3480	256	RUA PROF VENINA CORREIA TORRES	16	CENTRO	NOVA IGUAÇU	RJ
NIU	212-3484	256	RIO RIO SÃO PAULO	KM 19.5	POE SÃO FRANCISCO	NOVA IGUAÇU	RJ
NRI	224-5719	256	AVENIDA SÃO GONÇALO	100	BOA VISTA	SÃO GONÇALO	RJ
RJO	634-4274	256	PRAÇA CRISTIANO OTTONI	S/N-SS	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4601	256	AVENIDA REP NESTOR MOREIRA	76	BOTAFOGO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	662-8444	256	ESTRADA DO MENDANHA	3105	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	RJ

LITERAL	MEMO DE ACESSO	VELOCIDADE PRETENDIDA (KPS)	ENDEREÇO (A)	NÚMERO	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF (A)
RJO	662-9461	256	RUA ALECRIM	1085	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	671-9976	256	RUA FILGUEIRAS LIMA	52	RIACHUELO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	697-0233	256	RUA TEIXEIRA RIBEIRO	S/N	MARE - BOMSUCESSO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	855-6802	256	ESTRADA DA BATALHA	858	RIO DA PRATA - CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	875-4898	256	RUA FRANCISCO SA	86	COPACABANA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	879-2616	256	PR JOSE BONIFACIO		PAQUETA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	879-2624	256	ESTRADA JAPORE	933	JARDIM SULACAP	RIO DE JANEIRO	RJ
		256	Novo Endereço				RJ
		256	Novo Endereço				RJ
RIOS	193-9584	512	PRACA PREFEITO CLAUDIO RIBEIRO	S/N	EXTENSAO BOSQUE	RIO DAS OSTRAS	RJ
NLP	195-6902	512	RUA PROF ALFREDO GOMES FIGUEIRAS	475	CENTRO	NILOPOLIS	RJ
CAEL	196-0244	512	ALAMEDA HIPOLITO DE CAMPOS	221	JARDIM PRIMAVERA	DUQUE DE CAXIAS	RJ
RJO	634-4226	512	RUA PINDARE	151	SANTA CRUZ	RIO DE JANEIRO	RJ
SJB	193-0921	512	AVENIDA ROTARY	1126	CENTRO	SAO JOAO DA BARRA	RJ
IJO	193-5712	512	RUA SAO JOAO	42	CENTRO	ITABORAÍ	RJ
SMI	194-7008	512	RUA SANTO ANTONIO	231	CENTRO	SAO JOAO DE MERITI	RJ
NLP	194-9016	512	RUA COMENDADOR NUNES MARTINS	1000	CENTRO	NILOPOLIS	RJ
NIU	197-5009	512	RUA LUIS DE CAMOES	681	ALVAREZ	NOVA IGUAÇU	RJ
NIU	197-5078	512	RUA ATAIDE PIMENTA DE MORAES	225	CENTRO	NOVA IGUAÇU	RJ
BERO	205-6982	512	RUA FLORIPES ROCHA	42	CENTRO	BELFORD ROXO	RJ
RJO	634-4236	512	RUA BULHÕES MARCIAL	975	VIGARIO GERAL	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	704-0650	512	RUA SANTANA	235	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	862-5867	512	RUA DR OTAVIO KELLY	110	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	869-1984	512	RUA CARLOS SEIDL	1580	CAJU	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	917-2753	512	LADEIRA DE SAO BENITO	S/N	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ
		512	Novo Endereço ou Upgrade				RJ
RJO	634-4371	1 M	RUA FRANCISCO SA	80	COPACABANA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4650	1 M	RUA CUBA	1	PENHA	RIO DE JANEIRO	RJ
QUEA	193-5574	1 M	ESTRADA CARLOS SAMPAIO	176	QUEIMADOS	QUEIMADOS	RJ
IGI	193-7360	1 M	RUA JOSE MARIA BRITO	13	CENTRO	ITAGUAI	RJ
BERO	194-2142	1 M	ESTRADA BENTO JOSE MARTINS SILVARES	76	PIAM	BELFORD ROXO	RJ
RJO	634-4519	1 M	ESTRADA INT MAGALHAES	504	VILA VALQUEIRE	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5262	1 M	RUA FREI PINTO	93	ROCHA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5290	1 M	RUA DR OTAVIO KELLY	110	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ
PII	193-0331	1 M	RUA CAP MANUEL TORRES	283	CENTRO	PIRAÍ	RJ
MCM	193-0991	1 M	RUA SANTO ANTONIO	359	CENTRO	MIRACEMA	RJ
MRC	193-6511	1 M	RUA BARAO DE INHOA	287	CENTRO	MARICA	RJ
TRL	195-0443	1 M	AVENIDA FELICIANO SODRE	848	VARZEA	TERESOPOLIS	RJ
MCE	195-5775	1 M	AVENIDA RUI BARBOSA	870	CENTRO	MACAÉ	RJ
NIU	213-3733	1 M	RUA CEL MOREIRA CESAR	139	CENTRO	SAO GONÇALO	RJ
NIU	213-5317	1 M	ESTRADA AMARAL PEIXOTO	KM 13,5	LARANJAL	SAO GONÇALO	RJ
RJO	634-4356	1 M	ESTRADA DO GALEAO	1700	CACUIA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4390	1 M	AVENIDA BRAS DE PINA	38	PENHA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4395	1 M	RUA AUGUSTO DE VASCONCELOS	468	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4592	1 M	RUA CARLOS SEIDL	950	CAJU	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-6130	1 M	RUA CAP FELIX	426	BENFICA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-6135	1 M	RUA JOSE BONIFACIO	528	TODOS OS SANTOS	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	672-0026	1 M	AVENIDA DELFIN MOREIRA	S/N	LEBLON	RIO DE JANEIRO	RJ
		1 M	Novo Endereço ou Upgrade				RJ
NIU	193-5267	2 M	RUA CEL MOREIRA CESAR	157	CENTRO	SAO GONÇALO	RJ
RJO	634-4202	2 M	RUA IRAPURU	540	SENADOR VASCONCELOS	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5554	2 M	AVENIDA AYRTON SENNA	1791	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	RJ
NIU	197-4997	2 M	ROD RIO SAO PAULO	KM 19,5	PQE SAO FRANCISCO	NOVA IGUAÇU	RJ
DQX	201-0652	2 M	AVENIDA DR MANUEL TELES	237	CENTRO	DUQUE DE CAXIAS	RJ
RJO	634-4550	2 M	RUA JOAO VICENTE	2231	DEODORO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-4573	2 M	AVENIDA RODRIGO OTAVIO	166	GAVEA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5114	2 M	RUA EUCIDES DA CUNHA	95	SAO CRISTOVÃO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5140	2 M	RUA AMOROSO LIMA	23	CIDADE NOVA	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5239	2 M	RUA PENHAMBUCO	1	ENGENHO DE DENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ
RJO	634-5395	2 M	RUA HENRIQUETA	107	TANQUE	RIO DE JANEIRO	RJ
		2 M	Novo Endereço ou Upgrade				RJ
		2 M	Novo Endereço ou Upgrade				RJ
RJO	623-3118	2 M/Conc.VIP	PRODERJ				RJ
RJO	637-9384	300 M	RUA DO LAVRADIO	71	CENTRO	RIO DE JANEIRO	RJ

**PROC. Nº E-26/012/09/2018** - NORMA BARBOSA COSTA DA CONCEIÇÃO, matrícula 174759-1, Id. 2863914-6. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a partir de 07.03.2018.

DE 02.04.2018

**PROC. Nº E-26/012/04/2018** - COSME SILVA, matrícula 173878-0, Id. 2855177-0. **FIXADOS** os proventos mensais de inatividade a partir de 02.04.2018.

Id. 2096639

**FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**  
**DESPACHOS DA PRESIDENTE**  
DE 06.03.2018

**PROC. Nº E-26/012/004/2018** - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária CENF - Companhia Elétrica da Nova Friburgo S/A., no valor de R\$ 111,19 (cento e onze reais e dezenove centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/006/2018** - RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Concessionária Águas de Niterói S/A., no valor de R\$ 5.233,00 (cinco mil quinhentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/008/2018** - RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda., no valor de R\$ 241,88 (duzentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/010/2018** - RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Concessionária Foz Ag. S., no valor de R\$ 3.546,33 (três mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/012/2018** - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no valor de R\$ 5.003,93 (cinco mil e três reais e novecentos e três centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/014/2018** - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Ampla - Energia e Eletricidade S/A., no valor de R\$ 10.036,03 (dez mil e trinta e seis reais e três centavos), referente ao mês de janeiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/016/2018** - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A., no valor de R\$ 27.608,17 (vinte e sete mil seiscentos e oito reais e dezesseis centavos), referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/044/2018** - RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da CEG Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), referente aos períodos de janeiro a março de 2018, para atender despesa com fornecimento de gás, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

DE 28.03.2018

**PROC. Nº E-26/012/006/2018** - RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da Concessionária Águas de Niterói S/A., no valor de R\$ 3.020,88 (três mil e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos), referente ao mês de fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

**PROC. Nº E-26/012/014/2018** - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Ampla - Energia e Eletricidade S/A., no valor de R\$ 8.991,49 (oito mil novecentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos), referente ao mês de fevereiro de 2018, para atender despesa com fornecimento de energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora da despesa.

Id. 2096605

**FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**  
**DESPACHO DA PRESIDENTE**  
DE 02.04.2018

**PROC. Nº E-26/012/15/2018** - RECONHEÇO A DÍVIDA, a favor de ANA PAULA DE LIMA ABRANDES DAU, no valor de R\$ 371,79 (trezentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), referente à dívida correspondente à Gratificação Orgão Deliberação Colegiativa de 2017, com base no artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, do § 2º do artigo 22 do Decreto Federal 93.872, de 24/12/86, com o inciso II, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979 e na Resolução SEPLAG nº 110, de 09/05/2008.

Id. 2096638

**Secretaria de Estado de Transportes**

**ATO DO SECRETÁRIO**

**RESOLUÇÃO SETRANS Nº 1.288 DE 28 DE MARÇO DE 2018**

**CONSTITUI COMISSÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE BENS MÓVEIS E DESTINAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar para compor Comissão de Vistoria para Verificação de Disponibilidade de Bens Móveis, a fim de dar-lhes a destinação adequada dentre as indicadas pelo Decreto nº 46.233/2018, as quais, movimentação, transferência, alienação e demais formas de disponibilidade de bens móveis, com duração inservíveis para a Administração pública Estadual, os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

CARLOS AUGUSTO FRANÇA COSTA SILVA - Id. 509.159-67  
Suplente: FABIO LEONE MACHADO - Id. 4185676-7  
ROZELI TAVARES MONTEIRO DE OLIVEIRA - Id. 1902.725-7  
Suplente: JOÃO SOARES ALMEIDA - Id. 2029.961-3  
RAYNE DA SILVA - Id. 2853.595-2  
Suplente: JOÃO TEIXEIRA MANOEL - Id. 1012.916-5

**Art. 2º** - Os trabalhos prestados pelos citados servidores não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante.

**Art. 3º** - A Comissão de Vistoria constituída manterá formação devi-

damente guardada a possibilidade de eventuais substituições de seus membros, pelo período de 01 (um) ano, quando ocorrer a sua dissolução e posterior reconstituição.

**Art. 4º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2018;

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018

**RODRIGO VIEIRA**  
Secretário de Estado de Transportes

Id. 2096858

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**ATO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

**PORTARIA DETRO/PRES. Nº 1.387 DE 03 DE ABRIL DE 2018**

**PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NA PORTARIA DETRO/PRES. Nº 1380 DE 25/01/2018.**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo estabelecido no art. 3º, da Portaria DETRO/PRES. Nº 1380, de 25 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2018

**OLIVIO CARLOS SOUZA SOARES**  
Presidente em Exercício

Id. 2096844

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**DESPACHO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

DE 03.05.2017

**PROC. Nº E-10/005/1614/2016** - INDEFIRO o cancelamento, determinando a reformulação do quadro de horários da linha 6108 Belford Roxo - Central (via Rocha Miranda) (Couroil) SA, operada pela empresa Auto Viação Vera Cruz LTDA. (RJ-112), conforme abaixo indicado, mantidas as demais características operacionais:  
Saídas de Belford Roxo, diariamente: às 0h30 e 2h30.  
Saídas da Central do Brasil, diariamente: às 1h30 e 3h30.

Id. 2096594

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

DE 12.03.2018

**PROC. Nº E-10/005/15132/2017** - TELECOOP - Cooperativa de Transporte Coletivo de Fretamento, Turismo, Carga e Transporte Rodoviário de Passageiros no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual (RJ-719). **AUTORIZO** a incorporação e registro do veículo e respectivo cooperado, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Cooperado	Veículo	Placa
Antonio Marques Martins	Fiat Ducato	KWJ8703

**PROC. Nº E-10/005/15134/2017** - TELECOOP - Cooperativa de Transporte Coletivo de Fretamento, Turismo, Carga e Transporte Rodoviário de Passageiros no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual (RJ-719). **AUTORIZO** a incorporação e registro do veículo e respectivo cooperado, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Cooperado	Veículo	Placa
Alvaro Andriani Filho	MIR Sprinter	LMK8467

DE 12.03.2018

**PROC. Nº E-10/005/2078/2018** - TELECOOP - Cooperativa de Transporte Coletivo de Fretamento, Turismo, Carga e Transporte Rodoviário de Passageiros no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual (RJ-719). **AUTORIZO** a incorporação e registro do veículo e respectivo cooperado, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Cooperado	Veículo	Placa
Pedro Machado de Araujo Lima	Renault Master	LS79480

DE 21.03.2018

**PROC. Nº E-10/005/4293/2017** - DEFIRO com base no parecer da Diretoria Técnica Operacional.

DE 23.03.2018

**PROC. Nº E-10/005/15129/2017** - TELECOOP - Cooperativa de Transporte Coletivo de Fretamento, Turismo, Carga e Transporte Rodoviário de Passageiros no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual (RJ-719). **AUTORIZO** a incorporação e registro do veículo e respectivo cooperado, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Cooperado	Veículo	Placa
Jandir Fernandez Perez Vega Junior	Renault Master	BAK4594

Id. 2096839

**DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS**

**DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

DE 27.03.2018

**PROCESSOS NºS E-10/005/1399/2016 E E-10/005/858/2018** - ARQUIVE-SE.

Id. 2096661

**Secretaria de Estado do Ambiente**

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**ATO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO PRESIDENTE**

**PORTARIA CONJUNTA FECAM/INEA Nº 10**  
**DE 02 DE ABRIL DE 2018**

**DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.**

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO FECAM E O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2016 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária, a Resolução SEA nº 553 de 21 de fevereiro de 2017 e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

**I. OBJETO:** Projeto: Regularização Fundiária Sustentável de áreas urbanas situadas nas margens do rio Paraíba do Sul, Trecho de Volta Redonda - RJ.

**II. VIGÊNCIA:** Início: 02/04/2018 - término: 31/12/2018

**III. DE/Concedente:** 24 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.  
**UO:** 2404 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM  
**UG:** 240400 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM

**IV. PARA/Executante:** 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

**UG:** 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

**V. CRÉDITO**

**PT:** 2404.18.544.0190.3978 - Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM  
**Natureza da Despesa Fonte Valor**  
4490.00 104 RS 228.114,30

**VI.** A emissão da respectiva nota de crédito no SIAFE ficará condicionada à existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho, elemento de despesa e fonte acima referido.

**Art. 2º** - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2018

**WALLACE SERAFIM PAVAO**  
Secretário Executivo do FECAM

**MARCUS LIMA**  
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Id. 2096570

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

**RETIFICAÇÃO**

D.O. DE 07/02/2018

PÁGINA 14 - 1ª COLUNA

**ATO DO PRESIDENTE**

**PORTARIA CONJUNTA INEA/CEAD Nº 180 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018**

**DESCENTRALIZA EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.**

Onde se lê: IV. PARA/Executante: 3178-Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ-CEAD

**UO:** 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

**UG:** 3178 - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ-CEAD

**Lei-se:** IV. PARA/Executante: 0702-Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ-CEAD

**UO:** 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

**UG:** 0702-Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ-CEAD.

Id. 2096480

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

**ATO DO PRESIDENTE**

DE 23.03.2018

**RECONHECE A ESTABILIDADE** das servidoras admitidas pelo Concurso Público homologado em 15/08/2013, em virtude de aprovação no estágio probatório, com base na publicação das médias das avaliações no Diário Oficial de 22 de março de 2018, na forma do Decreto nº 44.912, de 13 de agosto de 2014 e do art. 11 da Resolução INEA nº 98, de 30 de outubro de 2014, Processo nº E-07/002.14790/2014

ID Funcional	Servidor	Cargo
4461206-0	Mona Roloto Marcano	Engenheira Sanitarista
4462365-5	Juliana Pereira Hypolito	Geólogo

Id. 2096830

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MACAÉ E DAS OSTRAS**

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**

DE 02.04.2018

**PROC. Nº E-07/506971/2009** - INDEFIRO o requerimento de Licença de Instalação em nome da Arco Incorporadora LTDA, para implantação de loteamento residencial, na Estrada Macaé, Glicério KM 8 - Fazendinha, Município: Macaé, com base nos autos do Proc. Nº E-07/506971/2009.

**PROC. Nº E-07/508778/2012** - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Thais Amaral Estanislau, para concessão de serviços públicos na Estrada de Rio Bonito KM 15 - Rio Bonito, Município Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

**PROC. Nº E-07/511407/2010** - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental em nome da Prefeitura Municipal de Carapibus, para implantação de projeto de recuperação florestal na APP do Corrego da Maricota, na Avenida Getúlio Vargas, 15 - Parte - Centro, Município Carapibus, com base nos autos do processo em referência.

**PROC. Nº E-07/002.1614/2014** - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental em nome da New Tempier Noroeste Indústria e Comércio de Vidros LTDA, para uso insignificante de Recurso Hídrico, na Avenida Zen, quadra F - Lotes 1, 2 e 98 - Mar do Norte, Município Rio das Ostras, com base nos autos do processo em referência.

**PROC. Nº E-07/503290/2011** - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação em nome de HM Transportes LTDA, para atividade de transporte rodoviário intermunicipal de produtos perigosos e abastecimento de veículos, manutenção, lubrificação, pintura e lavagem na base, em todo o Território do Estado do Rio de Janeiro, com base nos autos do processo em referência.

Id. 2096832

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

**COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO**

**RETIFICAÇÃO**

D.O. DE 02/04/2018

PÁGINA 17 - 1ª COLUNA

**APOSTILA DO COORDENADOR**

DE 27.03.2018

Processo nº E-07/022.11065/2017

Onde se lê: CONTRATO INEA Nº 07/2018...

Lei-se: CONTRATO INEA Nº 04/2018...

Id. 2096833

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

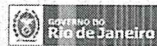
**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

DE 25/01/2018

**DESIGNA FLAVIO DIBEDO TORRES**, Agente de Saneamento H. como Presidente, **RICARDO BRITO DE OLIVEIRA**, Agente Administrativo F e **ROBERTO REIS SEVERIANO**, Agente de Saneamento H. como membros titulares e **PAULO ALEXANDRE FROLICH**, Técnico de Telecomunicações, como membro suplente, Gerente do Contrato **PAULO DE PINHO RODRIGUES**, Agente de Saneamento I e **RICARDO BATISTA MOREIRA**, Operador Central de Rádio, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE - INFORMAÇÃO EMERGENCIAL - ATRAVÉS DE CIRCUITOS DE DADOS PONTO A PONTO E ACESSO À INTERNET", de que trata o Processo nº E-07/100.728/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 14.991/2016.

Omitido no D.O. de 26/01/2018.

Id. 2096317



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 04 de Abril de 2018 às 03:49:01-0300.

conseguirem classificação via nota do Enem 2017 deverão realizar as provas do Vestibular CEDERJ 2018.2. Os candidatos que obtiverem isenção por frequência no PVS deverão se inscrever a partir do dia 26 de abril até às 24h do dia 10 de maio de 2018, preenchendo e enviando o formulário de inscrição somente após a divulgação do resultado da concessão do benefício de isenção.

Os candidatos que NÃO tiveram seu requerimento de isenção de taxa de inscrição deferido deverão, obrigatoriamente, concretizar sua inscrição no Vestibular CEDERJ 2018.2, imprimindo o boleto no período de 26 de abril até às 24h do dia 10 de maio de 2018, e enviando o boleto para a página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br) e pagar, impreterivelmente, até o dia 11 de maio de 2018, conforme orientações acima. Os candidatos deverão optar no formulário de inscrição, por concorrer a uma vaga de um curso em um Polo. Caso desejem, poderão indicar mais duas alternativas de Polos para o mesmo Curso e Instituição de Ensino Superior da opção original, localizados em uma mesma região, para concorrer a vagas remanescentes (caso venham a existir), conforme disposto no item 11. Os candidatos que concorrerem às vagas reservadas aos professores da rede pública, deverão informar, no ato da inscrição, seu número de matrícula e o cargo de lotação. Apenas os candidatos aos cursos de graduação da URJ que optarem em concorrer às vagas ofertadas pelo Enem e para professor da rede pública estarão dispensados de recolher o valor da taxa de inscrição. Os candidatos da URJ que concorrerem às vagas do Enem quando da divulgação do Resultado do Enem, no dia 23 de maio de 2018, estiverem em situação diferente de CLASSIFICADO e optarem por fazer a prova, deverão imprimir o boleto da taxa de inscrição no período das 14h do dia 23 de maio até às 14h do dia 24 de maio de 2018 e efetuar o pagamento, impreterivelmente, até o dia 24 de maio de 2018. O descumprimento deste prazo implicará na desistência do candidato em participar do Vestibular CEDERJ 2018.2.

**3- DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO**  
Estarão disponíveis, na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br), no período de 04 a 08 de junho de 2018, os Cartões de Confirmação de Inscrição (CCI) dos candidatos que tiveram suas inscrições confirmadas, não havendo nenhuma outra modalidade de comunicação para confirmação de inscrição por parte da Fundação CECIERJ. No CCI, o candidato deverá verificar o local de realização de sua prova. Qualquer dado incorreto, incompleto ou ausente, ou à indicação de inscrição cancelada deverá ser comunicado, imediatamente, pelo e-mail [vestibular@cederj.edu.br](mailto:vestibular@cederj.edu.br), de 04 a 06 de junho de 2018. A não comunicação implicará a aceitação das informações registradas no documento recebido.

**4- DA PROVA**  
Será realizada no dia 09 de junho de 2018 (sábado) nos municípios dos Polos regionais para os quais se inscreveram. Será constituída por 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com marcação obrigatória de todas as questões, independentemente do curso escolhido, abrangendo conhecimentos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Espanhol ou Inglês), Biologia, Física, Matemática, Química, Geografia e História, e 01 (uma) Redação em Língua Portuguesa. O tempo para realizar a prova é de, no máximo, quatro horas. A prova iniciará-se às 9 horas, devendo o candidato apresentarse no local de realização da prova com antecedência mínima de 1 hora (8h). Os portões serão fechados às 8h 50min e será eliminado do concurso se chegar após este horário. Deverá comparecer munido, exclusivamente, de caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média, com tinta azul ou preta e o original do documento de identificação com o qual se inscreveu.

**5- DA CORREÇÃO DAS PROVAS**  
Será eliminado do concurso e não terá a prova de Redação corrigida o candidato que obtiver pontuação igual a zero nas questões de múltipla escolha correspondentes à Língua Portuguesa e Literatura Brasileira ou nas questões de(s) matéria(s) específica(s) relativas ao curso escolhido. Será eliminado do concurso o candidato que obtiver nota ZERO na redação.

**6- DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**  
Será divulgado no dia 20 de junho de 2018 (nota da prova múltipla escolha) e 26 de junho de 2018 (nota da prova de redação). O resultado final será divulgado no dia 03 de julho de 2018 (sábado), nos resultados serão divulgados nos Polos e na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br) no período da tarde, sem horário pré-estabelecido, nas datas referidas acima.

**7- DA REVISÃO DE PROVA**  
Não cabe pedido de revisão das questões de múltipla escolha visto que o candidato possui acesso a internet e pode consultar, através de sua consulta individualizada, o candidato terá vista de sua Redação através da consulta individualizada do resultado, na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br), e caso deseje poderá solicitar revisão da nota atribuída a Redação nos dias 26 e 27 de junho de 2018, preenchendo o requerimento com justificativa fundamentada, com indicação bibliográfica comprobatória de sua argumentação na página do concurso. Após o preenchimento, imprimir, obrigatoriamente, o boleto de pagamento correspondente ao valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que deverá ser pago impreterivelmente até o dia 28 de junho de 2018, seguindo as observações do Edital na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br).

**8- CANDIDATOS QUE CONCORREM AS VAGAS DO ENEM 2017**  
Será divulgado no dia 23 de maio de 2018 e disponibilizado na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br) o resultado da classificação dos candidatos que optaram pelo Enem. Os candidatos CLASSIFICADOS não necessitarão realizar as provas do vestibular. Caso contrário, eles deverão realizar a prova de Vestibular no dia 09 de junho de 2018 (sábado) e concorrer com os demais candidatos. Apenas os candidatos aos cursos de graduação da URJ que optaram em concorrer às vagas ofertadas pelo Enem e NÃO conseguiram classificação, se desejarem fazer a prova, deverão imprimir o boleto da taxa de inscrição no período das 14h do dia 23 de maio até às 14h do dia 24 de maio de 2018 e efetuar o pagamento, impreterivelmente, até o dia 24 de maio de 2018. O descumprimento deste prazo implicará na desistência do candidato em participar do Vestibular CEDERJ 2018.2.

**9- DA MATRÍCULA E INSCRIÇÃO EM DISCIPLINA**  
Será realizada, impreterivelmente, nos dias 04 e 05 de julho de 2018, das 10h às 19h, no Polo Regional em que o candidato realizará seu curso. Só será matriculado o candidato que houver concluído o Ensino Médio ou curso equivalente, perdendo direito a vaga aquele que não apresentar, no ato da matrícula, prova de escolaridade, não cabendo comprovação de escolaridade diversa daquela prevista neste item, ainda que de nível superior. O candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos listados, por Instituição de Ensino, no Edital constante da página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br).

**10- DAS RECLASSIFICAÇÕES**  
Em caso de vagas não preenchidas, será divulgada na página do concurso [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br) e no Polo Regional, no dia 06 de julho de 2018 (primeira reclassificação), 13 de julho de 2018 (segunda reclassificação) e 19 de julho de 2018 (terceira reclassificação e vagas remanescentes). Esses candidatos deverão efetuar sua matrícula no dia 12 de julho de 2018 (primeira reclassificação) no horário de 13h às 19h, no dia 17 de julho de 2018 (segunda reclassificação), no horário de 13h às 19h, e no dia 19 de julho de 2018 (terceira reclassificação e vagas remanescentes), no horário de 13h às 19h.

**11- DAS VAGAS REMANESCENTES**  
Após a segunda reclassificação e processada a terceira reclassificação, persistindo a ocorrência de vagas remanescentes em qualquer curso/polos pela inexistência de candidatos aprovados e classificados, os candidatos em lista de espera serão convocados no dia 18 de julho de 2018 através da página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br), respeitando a ordem de classificação e o registro de interesse no formulário de inscrição. Essa convocação poderá não ocorrer ou sofrer alterações, por decisão da Fundação CECIERJ. A ocupação das vagas remanescentes somente poderá ocorrer quando a oferta da vaga no polo de destino se fizer para o mesmo Curso e a mesma Instituição de Ensino Superior de escolha da vaga de origem. A matrícula deverá ser realizada no dia 19 de julho de 2018, no horário de 13h às 19h nos polos aos quais os candidatos forem alocados.

**12- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**  
A Fundação CECIERJ divulgará sempre que necessário, normas complementares e avisos oficiais sobre este Concurso. Dos casos omissos e situações não previstas no Edital serão avaliados pela Fundação. A partir da data de sua assinatura, este Extrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. O Edital completo do Vestibular CEDERJ 2018.2 encontra-se na página [www.cederj.edu.br](http://www.cederj.edu.br) e será afixado nos endereços dos polos constantes na referida página.

## FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, PARTES: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ e Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ. **OBJETO:** prorrogar a vigência do Acordo de Cooperação. **ASSINATURA:** 18/01/2018. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, perfazendo um total de 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR:** acordo não contempla repasse de recursos financeiros entre os parceiros. **FUNDAMENTO:** Art. 2º da LC/RJ nº 102/2002 e Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº E-26/003.000266/2016.**  
\*Omitido no D.O. de 07/02/2018.

Id: 2096115

## FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2013. PARTES: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ e Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. **OBJETO:** Prorrogar a vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2013. **ASSINATURA:** 02/10/2017. **VIGÊNCIA:** 48 (quarenta e oito) meses, perfazendo um total de 60 (sessenta) meses. **VALOR:** o acordo não contempla repasse de recursos financeiros entre os parceiros. **FUNDAMENTO:** Art. 2º da LC/RJ nº 102/2002 e Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº E-26/003.000185/2016.**  
\*Omitido no D.O. de 23/10/2017.

Id: 2096117

## Secretaria de Estado de Transportes

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

### COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

#### AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL COMISSÃO que a licitação por PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/CENTRAL/2017 foi FRACASSADA - PROCESSO E-10/003/01/17. **OBJETO:** contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I).

Id: 2096551

## Secretaria de Estado do Ambiente

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

### INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

#### EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº COGEFISEA/00140835 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 2.924,58 em 08/03/2018, com enquadramento no artigo 81, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.9339/2015.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Jardim Itália Comércio de Madeira LTDA, CNPJ/CPF Nº: 06.948.785/0001-05, ENDEREÇO: Rua 12, s/n - Itália-IA - RJ

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, 110, sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº COGEFISEA/00140570, emitido com a Sanção de ADVERTÊNCIA, em 18/12/2017, com enquadramento no artigo 87 da mesma Lei, Processo nº E-07/002.1102/2016.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Consórcio Pipe Rack, CNPJ/CPF Nº: 14.165.616/0001-27, ENDEREÇO: Estrada da Vargem Grande, 179 - Fazenda Viveiro - Itaboraí - RJ

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, 110, sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº COGEFISEA/00140560 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 1.396,94 em 25/03/2014, com enquadramento no artigo 76, da mesma Lei, Processo nº E-07/002.659/2016.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Augusto Cesar Margulies Souto, CNPJ/CPF Nº: 794.157.417-91, ENDEREÇO: RJ 126, km 6 Cacoeira de Macacu - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, 110, sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 19/03/2018, emitiu a Notificação nº SUPVANOT/01090883 a Pousada Fonte Viva LTDA informando que o Procedimento Administrativo nº E-07/002.9026/2013, referente à Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recurso Hídrico, foi indeferido e está sendo arquivado conforme informações constantes no processo.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Pousada Fonte Viva LTDA, CNPJ/CPF Nº: 05.924.799/0001-26, ENDEREÇO: Estrada Mury - Lumiar, Km 17,5 RJ 142 - Município: Município Nova Friburgo.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 19/03/2018, emitiu a Notificação nº SUPVANOT/01090881 a Paulo Sérgio Espindola Wenderosch informando que o Procedimento Administrativo nº E-07/002.14598/2014, referente à Certidão Ambiental para fornecimento de serviços públicos, foi indeferido e está sendo arquivado conforme informações constantes no processo.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Paulo Sérgio Espindola Wenderosch, CNPJ/CPF Nº: 075.559.157-74, ENDEREÇO: Rua da Repetidora, s/n, Bairro Boa Esperança, Boa Esperança - Município Nova Friburgo.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 19/03/2018, emitiu a Notificação nº SUPVANOT/01090882 a Pedro Henrique de Azeredo Rosa informando que o procedimento administrativo nº E-07/502239/2012, referente à Certidão Ambiental para aprovação de Reserva Legal, foi indeferido e está sendo arquivado conforme informações constantes no processo.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Pedro Henrique Azeredo Rosa, CNPJ/CPF Nº: 454.290.657-49, ENDEREÇO: Rua Bento Manoel 117, Centro - Município Viana do Castelo.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 19/03/2018, emitiu a Notificação nº SUPVANOT/01090880 a Carlos Henrique Espindola informando que o procedimento administrativo nº E-07/502478/2012, referente à Certidão Ambiental para fornecimento de serviços públicos, foi indeferido e está sendo arquivado conforme informações constantes no processo.

#### CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Carlos Henrique Espindola, CNPJ/CPF Nº: 096.658.477-58, ENDEREÇO: Estrada Rio Bonito, Km 15 - Rio Bonito - Município Nova Friburgo.

Id: 2096831

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDEA Nº 001/2018 (DE). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a TELEMAR NORTE LESTE S.A. "Em Recuperação Judicial".

**OBJETO:** "SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS EM ALTA VELOCIDADE - INFÓVIA EMERGENCIAL - ATRAVÉS DE CIRCUITOS DE DADOS PONTO A PONTO E ACESSO À INTERNET".

**PRazo:** 180 (cento e oitenta) dias.

**VALOR:** R\$ 1.692.888,42 (um milhão, seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 25/01/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.728/2017 (DL nº 001/2018 - DE).

\*Omitido no D.O. de 26/01/2018.

Id: 2096319

## SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 06 ao Contrato CEDEA nº 084/2014 (DC).

**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a EMISSÃO S/A.

**OBJETO:** "Substituição do engenheiro eletricista qualificado na Décima Clausula Contratual".

**PRazo:** Sem alteração do prazo contratual.

**VALOR:** Sem alteração do valor contratual.

**DATA DA ASSINATURA:** 08/03/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.390/2013 (CN nº 001/2014).

\*Omitido no D.O. 08/03/2018.

Id: 2096318

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

### CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2014. PARTES: Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - CEASA/RJ e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **OBJETO:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 019/2014, relativo à prestação de serviços contínuos de capacitação prática destinada a 15 (quinze) Engenheiros Agrônomos. **DATA DA ASSINATURA:** 04/04/2018. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais). **FUNDAMENTO:** No art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na CLAUSULA SEGUNDA PARÁGRAFO PRIMEIRO do contrato, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e na CLAUSULA IV - PARÁGRAFO CÍVICO do contrato. **PROCESSO Nº E-06/002.241/2013.**

Id: 2096763

## Secretaria de Estado de Cultura

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

### FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato de prestação de serviço nº001/2018. PARTES: Fundação Teatro Municipal do RJ - FTM/RJ e a EMPRESA FJ FRANCO MATERIAIS DE SEGURANÇA EPP.

**CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**  
O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de equipamentos de combate a incêndio, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

**VALOR:** De-se a este contrato o valor total de R\$ 12.439,00 (doze mil quatrocentos e trinta e nove reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 26/02/2018.

**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93; Lei Estadual nº 267/79 e Decretos nº 3.145/80 e 42.301/10.

**AUTORIZAÇÃO:** Processo nº E-18/005/26/2017.

\*Omitido no D.O. de 16.03.2018.

Id: 2096855

